

CONGRESSO SOTER/ 2006

Painel: Política, Religião e Transformação Social no Brasil de Hoje

Palavra Inicial

Vivemos em tempos de predomínio do pensamento neoliberal, da tese do pensamento único e da imposição da ideologia do Estado Mínimo. Mister, compreender a origem do liberalismo clássico e os contornos do conclamado “novo liberalismo” para se ter uma dimensão do quão frágil se apresenta a democracia, bem como, procurar conhecer as conseqüências dos ideais do neoliberalismo nas mais diversas esferas do mundo pós-moderno.

Na atualidade, as teses neoliberais desencadeiam o desrespeito aos direitos humanos, principalmente aos direitos sociais, que vitimizam milhões ou bilhões de pessoas pelo mundo afora, com o crescimento da miséria e do aviltamento da dignidade humana – processo de violência nunca registrado na História da Humanidade.

Ao tentarmos compreender as mazelas da atualidade, não podemos nos furtar de analisar o papel fundamental da religião, que tanto pode desempenhar a função de transformadora, como de conformadora à ordem vigente.

Entendemos que, no mundo hodierno, a grande maioria das pessoas busca nos rituais religiosos uma salvação pessoal e satisfação de desejos imediatos. A lógica da valorização do privado em detrimento do público não é, portanto, característica apenas de um modelo político e econômico imposto, mas se insere também nas relações interpessoais e religiosas.

Desta forma, as alternativas para a inversão da lógica perversa do neoliberalismo perpassam, necessariamente, pela reconstrução e fortalecimento dos princípios democráticos e pela recuperação da religião apresentada por Jesus Cristo – religião, não da vida privada, mas da vida pública e do comprometimento com os oprimidos e excluídos.

É nesta lógica que precisamos radicalizar um duplo processo: primeiro de luta por ampliação da democracia em todas as esferas de organização social e segundo a luta por resgate aos direitos humanos. Seria esta a forma de enfrentarmos as políticas neoliberais e construirmos novos modelos de transformação social. Neste texto, apresentaremos uma reflexão alternativa de organização de mandato eletivo, que prima pelo fortalecimento da democracia participativa.

Enfraquecimento da Democracia: Do Liberalismo Clássico ao Neoliberalismo

As concepções do liberalismo clássico remontam ao final do século XVII e nascem da defesa da limitação dos poderes e funções do Estado, em oposição ao Estado absoluto e autoritário. O Estado Liberal embasava-se na doutrina jusnaturalista, segundo a qual, todos os Homens, independentemente de sua própria vontade, são detentores de direitos universais e válidos para todos os povos em qualquer tempo e lugar. A ideologia liberal é fundada, então, na contraposição ao Absolutismo – do entendimento do Estado como ente detentor de poderes ilimitados – e defende a idéia de um Estado novo a ser fundamentado no respeito aos direitos individuais, entendidos como direitos naturais.¹ Como bem define BOBBIO:

falou-se de jusnaturalismo como pressuposto “filosófico” do liberalismo porque ele serve para fundar os limites do poder à base de uma concepção geral e hipotética da natureza do homem que prescinde de qualquer verificação empírica e de toda prova histórica. (1997, p. 12)

ROUANET², por sua vez, entende que as sociedades organizadas com base em princípios liberais levaram adiante o ideal universalista do movimento conhecido como Ilustração, instituído na França do século XVIII. De acordo com o autor:

em teoria, a natureza humana era considerada a mesma em toda parte, e embora alguns indivíduos e povos fossem mais primitivos que outros, todos tinham em princípio os mesmos talentos e a mesma capacidade de progredir, independentemente de sexo ou raça. (ROUANET, 2003, p. 19).

O liberalismo econômico, desta forma, é calcado na idéia de uma comunidade mundial interdependente e baseada na divisão do trabalho e na eliminação da escassez. Os primeiros liberais tinham consciência da enorme desigualdade que acometia a classe trabalhadora no início do século XIX e entendiam que a superação da miséria só seria possível com a realização da atividade econômica livre. As condições materiais dos trabalhadores só melhorariam com a implantação da riqueza coletiva, que seria obtida com a busca de cada um por seus interesses próprios, porquanto o desenvolvimento da indústria permitiria a redução

¹ BOBBIO, 1997, p. 7 e 11.

² 2003, p. 19 e 26.

drástica dos valores atribuídos aos bens de consumo e um aumento considerável do salário real. Prevalece em relação à doutrina econômica, na ideologia liberal, a defesa da competição inteiramente livre, para o alcance do máximo de bem-estar. É a proposta do ideal da autonomia econômica.

Enquanto doutrina que limita o Estado, o liberalismo determina restrições de poder para a atuação estatal, por meio da decretação do Estado de Direito. Em relação às limitações das funções estatais, concebe-se o chamado Estado-Mínimo. O Estado de Direito traduz-se na regulação dos poderes por meio de normas gerais, fundamentais, norteadoras da conduta do Estado e determinantes da subordinação dos poderes públicos às leis. O pensamento liberal preceitua a realização de tarefas mínimas por parte do Estado, no intento de que quanto menos houver intervenção do ente estatal na esfera privada, mais será possível evitar o cometimento de abusos, pois o Estado Mínimo possibilitará um maior controle do que o Estado Máximo.³

Merece destaque o advento da Declaração dos Direitos do Homem, em fins do século XVIII, que implicou na libertação do ser humano e preconizou a queda dos abusos estatais. Os direitos do Homem eram considerados inalienáveis, irredutíveis e indeduzíveis, inclusive de outras leis ou direitos. Foram concebidos como inerentes à natureza humana e o homem surgia como único soberano em questões de lei, da mesma forma como o povo era proclamado como o único soberano em questões de governo. A declaração significou o prenúncio de que se tinha atingido a maioria, nas palavras de ARENDT.⁴

O principal legado do liberalismo é, certamente, a defesa da autonomia do indivíduo em face do poder estatal. As raízes da ideologia liberal remontam ao período ilustrativo e significaram a valorização da liberdade como bem precioso, o qual não deve sofrer restrições do aparato estatal que não estejam previamente definidas em lei. Os ideais liberais surgem como reações contra o Estado totalitário, abusivo e que se intitulava vinculado a poderes sobrenaturais e, portanto, ilimitado nas suas determinações.

O liberalismo clássico, desta forma, preconizava a garantia contra a ação arbitrária do Estado e daí o surgimento, por consequência, da liberdade formal, pois não haveria como garantir a liberdade material, sem a previsão legal.

Contudo, o ideal de autonomia econômica, sustento do pensamento dos liberais clássicos, é totalmente incompatível com a grande massa de miseráveis e com o capitalismo inescrupuloso dos dias atuais. O projeto econômico de outrora foi calcado na negação de qualquer forma de tutela, na não-aceitação do Estado ditatorial e, menos ainda, na ditadura de

³ BOBBIO, 1997, p. 17 a 21.

⁴ 1990, p. 324.

mercado. **O liberalismo real distanciou-se muito do ideal**, posto que, para o exercício dos direitos econômicos pelo uso racional da liberdade, é necessária a livre participação na esfera da produção, da circulação e do consumo.

A ideologia liberal é usada como justificativa para as enormes desigualdades sociais que assolam grande parte dos Estados capitalistas, hodiernamente. O projeto liberal foi determinante para a introdução dos valores iluministas que inauguraram a Modernidade, porém, seu retorno na atualidade, enquanto “novo liberalismo”, ceifa a possibilidade de qualquer sociedade igualitária, posto que serve de ‘pano de fundo’ para a defesa do capitalismo selvagem.

Comunga-se hoje pelo mundo afora da tese do pensamento único, melhor explicar, da idéia de que a adoção dos ideais liberais de outrora, hoje concebidos na vertente do neoliberalismo, é a alternativa viável para o desenvolvimento econômico e social dos Estados soberanos. A defesa do Estado Mínimo, o menos interventor possível, é recorrente nas mais diversas áreas. Como conseqüência, a maior vítima do neoliberalismo foi o Estado do Bem-Estar Social, acusado de ser paternalista, clientelista e destruidor da liberdade e autonomia individual. Porém, os novos liberais se olvidam de que é impossível a vivência plenamente livre em todos os aspectos, sem a garantia antecedente do exercício de direitos sociais ou mesmo econômicos. É como no entendimento de MAGALHÃES⁵ de que a crise do Estado Social não teria sido de sustentabilidade do modelo, mas uma crise armada pelo grande capital.

A propagação do modelo neoliberal em um mundo globalizado implica no desenvolvimento de altas tecnologias e na conseqüente mobilidade do capital financeiro e industrial. Os Estados mais privatizados, onde sindicatos estejam enfraquecidos e as relações trabalhistas precarizadas são os que despertam maior interesse desse capital móvel.

Em relação à democracia, muitas diferenciações foram propostas em relação ao seu conceito original. Porém, o entendimento de democracia como o governo da maioria, ou o governo do povo, prevalece nos tempos atuais, tal como a concepção do pensamento grego na Antiguidade. A distinção que se faz relevante, de acordo com BOBBIO,⁶ sobre a transposição da democracia dos antigos à democracia dos modernos não é a questão de titularidade do poder político, mas o modo de exercer o direito desse poder, antes pela democracia direta e modernamente pela democracia representativa. Segundo o autor italiano, hoje, é inconcebível o exercício governamental de forma direta, dados os contornos dos Estados na atualidade.

⁵ 2002, p. 33 e 34.

⁶ 1997, p. 31 e 32.

Assim, a democracia representativa foi instituída com base na defesa da realização de eleições, com a conseqüente escolha dos representantes populares.

De acordo com KELSEN,⁷ a democracia é a síntese dos princípios da igualdade e liberdade. Segundo ele, se deve haver um comando na sociedade, se os Homens têm que ser controlados, que seja por eles próprios. A liberdade natural deve ser convertida em liberdade social ou política. Cabe transcrever aresto do seu entendimento: “À liberdade concebida como autodeterminação política do cidadão, como participação do próprio cidadão na formação da vontade diretiva do Estado”.

O que se assiste atualmente é a um completo esvaziamento do real significado de democracia- momento em que urge estabelecer diretrizes para um modelo de Estado que respeite, de fato, os princípios democráticos. A alternância no Poder é um dos pressupostos basilares do regime democrático. Contudo, a tese do pensamento único- da visão do neoliberalismo como única ideologia válida- faz de todos os governantes refêns, sejam de situação ou de oposição, independentemente da escolha realizada no momento das eleições.

A liberdade de informação, essência do regime democrático, é uma farsa em tempos neoliberais. A grande mídia divulga notícias e matérias de acordo com os interesses das grandes corporações financeiras e o comando de um país como o Brasil acaba atrelado às chantagens dos órgãos de comunicação. A adoção de medidas em desacordo com as teses neoliberais ocasiona um massacre nos organismos de imprensa. O desmonte da democracia é perceptível, sobretudo, no desrespeito à vontade da maioria- um de seus princípios basilares. O Estado é subjugado aos ditadores do mercado, aos quais não interessa a garantia de direitos fundamentais, constantemente violados para imensa parcela da população brasileira.

Podemos afirmar que, no Brasil, o direito ao voto direto para a eleição dos representantes populares está consolidado. Porém, a garantia de tal direito significa, necessariamente, que todo poder emana do povo? Prevalece a vontade popular? Acreditamos que não. Afinal, a democracia requer também que sejam respeitados vários outros princípios e valores. Entre eles, destacamos a liberdade de expressão e o contraditório - apresentação de idéias diversas para o debate, que possibilitam ao povo formar seu próprio juízo.

O Brasil atravessou os anos de chumbo e o regime autoritário da ditadura militar foi um entrave à plena realização da democracia. Entretanto, a máxima de que a democracia pressupõe o povo como centro e fonte do Poder não é ainda fato consumado. A ascensão de projetos populares ao centro dos Governos, nas variadas esferas, nem sempre se traduz na

⁷ 2000, p. 25.

certeza da plena realização da democracia. Uma das razões é a interferência direta do poder econômico nas decisões políticas, sob a ameaça constante do uso da hegemonia dos veículos de comunicação em face dos inadaptáveis às idéias neoliberais. É como a definição dada no passado de que, na verdade, vivemos uma “democratura”- aparência de democracia. Mister, lembrar o dizeres do pai do neoliberalismo, Friederich von Hayek, no ano de 1975, em relação ao golpe militar no Chile - matéria publicada pelo “Jornal El Mercurio”- que se tivesse de escolher entre a economia de mercado ou o regime democrático, assim se posicionaria: *“entre uma economia de livre mercado com um governo ditatorial ou uma economia com controles e regulações, mas com Estado Democrático, escolheria sem dúvida o primeiro”*.

A soberania popular não é expressa pela simples realização de eleições periódicas, pois esta é contaminada pelos poderes ideológico e econômico. O enfraquecimento da democracia é uma das graves conseqüências das práticas neoliberais. Os direitos humanos - concebidos como direitos individuais, direitos sociais, direitos econômicos e direitos políticos - são inalcançáveis para milhões de excluídos, com a adoção da tese do Estado Mínimo, que provoca a negação destes direitos. Vivemos um período de ultraje à dignidade humana, com a constatação dos horrores propagados pelo neoliberalismo e a perpetuação do Estado da eficiência penal, em detrimento do bem-estar social; tempos em que se assiste ao absurdo de *Abu Graib* e de Guatânamo e os demais abusos do Governo norte-americano – um dos “países-berço” do novo liberalismo.

A Religião neste Contexto

Em relação à religião, é possível constatar que temos, hoje, a religião do privado. Assistimos a um crescimento do neo-pentecostalismo – experiência vivida também no Catolicismo e nas Igrejas da Reforma-, com a busca da salvação e da cura como elementos individuais. Há uma grande oferta de práticas religiosas, como um grande supermercado da fé, questão definida, recentemente, pelo teólogo João Batista Libânio: *“Vivemos em uma era de neopaganismo, travestido com a aparência religiosa. Muita experiência religiosa e pouca experiência de Deus”*.

Vivemos tempos em que a experiência da fé se reveste de um sentido individualista. É uma fé sem conseqüências para a coletividade, atrelada aos elementos subjetivos da Pós-Modernidade, no afã da satisfação dos desejos pessoais, sem transformações na vida pública. Daí, por exemplo, o reforço do fundamentalismo religioso, com conseqüências sérias para a

sociedade, como afirmou NIETZSCHE⁸: “*O que acreditamos ter aprendido sem razão é o mais difícil de abalar com razões*”.

A esfera privatista da religião é perceptível também em manifestações públicas acerca de temas de interesse geral. As questões sobre as quais as autoridades religiosas priorizam opinar publicamente são o aborto, métodos contraceptivos ou Ensino Religioso Obrigatório. Não se vê, em contrapartida, posicionamentos que tenham reflexos na condução dos rumos da política, nem acerca das mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa. O processo religioso acaba, desta forma, se tornando alienatório, dificultando, ainda mais, seu engajamento na luta contra a barbárie da exclusão neoliberal.

Paradoxalmente, a prática evangelizadora de Jesus Cristo foi, essencialmente, política, desenvolvida no meio do povo, com vistas à transformação social. Como apontou FREI BETTO, no livro “A Mosca Azul”⁹,

A vida de Jesus não busca a reclusão dos monges essênios e nem se pauta pela prática penitencial de João Batista (*Mateus 9, 14-15*). Engaja-se na conflitividade da Palestina de seu tempo. O Filho revela o Pai andando pelos caminhos e, seguido por apóstolos, discípulos e mulheres, acolhe pobres, famintos, doentes e pecadores; desmascara escribas e fariseus; cerca-se de multidões; faz-se presença incômoda nas grandes festas em Jerusalém; enfim, é perseguido e assassinado na cruz como prisioneiro político.

De forma que, ao nosso ver, desatrelar a mística cristã de uma prática social e política é trabalhar contra o “projeto” de Jesus para a humanidade, o qual tem como essência a promoção da justiça e a opção preferencial pelos pobres, como também destacou FREI BETTO, com propriedade¹⁰:

(...) nossa consciência, como a de Jesus, permanece tributária de nosso lugar social e de nosso tempo histórico. Em Jesus, Deus acolheu preferencialmente os oprimidos, em cujo lugar social se encarnou e a partir do qual anunciou a universalidade de sua mensagem de salvação. Não houve, portanto, neutralidade. Jesus assumiu a ótica e o espaço vital dos pobres. Seu ponto de vista era a vista situada a partir de um ponto, o da Promessa que ressoa como bem-aventurança aos que injustamente foram privados da plenitude da vida.

Em contraponto à religiosidade individualista e do privado que tão bem caracteriza a alardeada pós-modernidade, experiências que unem “fé e política” em um projeto de mudança comprovam que a fé cristã não tem sentido fora do coletivo, da sociabilidade, característica intrínseca do ser humano. Provas disso são as significativas conquistas sociais e políticas ocorridas no Brasil, em decorrência de movimentos que aliaram a religiosidade cristã à

⁸ 2004, p.86

⁹ 2006, p.292

¹⁰ 2006, p.289

mobilização e organização populares, a exemplo da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Sociais. Mais recentemente, a criação do Movimento Nacional de Fé e Política surgiu como fortalecimento e adequação de tais práticas aos novos cenários políticos, econômicos, sociais e culturais e se traduz no comprometimento de muitas pessoas públicas cristãs pelo Brasil afora.

A Experiência de um Mandato Participativo

Foi em consonância com essa essência política da fé cristã que estruturamos todo o nosso mandato de deputado estadual. Podendo ser denominado como “coletivo, participativo, democrático e popular”, nosso mandato se baseia muito na experiência do Orçamento Participativo, sendo que buscamos levar para o Legislativo o que o PT já desenvolvia no âmbito do Executivo. E já são 12 anos de caminhada, na qual buscamos sempre sustentar as bases populares de nossa ação, fiéis ao projeto de transformação da sociedade, através da organização popular de um processo permanente de formação política.

Priorizando a presença permanente nas bases, temos percorrido todo o Estado para vivenciar a realidade dos municípios, que são onde as pessoas verdadeiramente vivem, trabalham e fazem política. Por sua vez, estas mesmas bases populares participam ativamente do trabalho. Dezenas de núcleos locais e sete pólos regionais conferem ao mandato a descentralização das ações e decisões. O caráter coletivo e participativo é reforçado, ainda, por um Conselho Político - formado por representantes eleitos em várias regiões do Estado e pelos movimentos populares -, o qual se reúne três a quatro vezes por ano, tendo poder deliberativo sobre nossas ações, a atuação parlamentar, bem como, os posicionamentos políticos que assumimos.

Em nosso mandato, apostamos na mobilização social como contraponto ao projeto neoliberal. Neste sentido, desenvolvemos nas comunidades forte trabalho de base e formação. Através de cursos, seminários, planejamentos, fóruns, publicações diversas e assessorias, trabalhamos para a criação, crescimento e fortalecimento de diversos movimentos populares, de cunhos social, comunitário, sindical e partidário, assessorando, ainda, administrações e mandatos populares.

Também merecem destaque as ações que desenvolvemos junto ao Movimento de Fé e Política. O mandato possui equipe para este fim e nos alegramos em contabilizar que já ajudamos a criar dezenas de grupos de fé e política em todo o Estado. Também damos

assessorias e palestras para grupos já formados e participamos ativamente da fundação do Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara. Outra ação do nosso mandato nesta área é a realização anual, na cidade de Dom Cavati, no Leste de Minas, do Encontro de Políticos Cristãos, que, há 11 anos reúne centenas de lideranças políticas, religiosas e leigas para refletir sobre a mística e a militância à luz do projeto de Jesus Cristo.

Estamos certos de que, através de nossas ações de formação e trabalho de base, não só temos contribuído para a organização da sociedade, como já possibilitamos o despontar de dezenas de novas lideranças vindas do meio do povo. Felizmente, muitas delas estão hoje nos sindicatos, associações, ONGs, quadros partidários ou são vereadores, prefeitos, parlamentares estaduais ou federais.

Também na Assembléia Legislativa temos como norte a defesa de propostas pautadas por demandas coletivas, as quais, pela pertinência social, têm amplo apoio popular. Na outra ponta, buscamos sempre estar vigilantes, exercendo nosso papel de fiscalizador das ações do Poder Público e denunciando as irregularidades que encontramos, ainda que sejamos alvo de pressões e até ameaças à nossa vida.

O que nos move, acima de tudo, é a defesa intransigente da justiça e, talvez por isso, Deus tenha colocado em nosso caminho uma espinhosa, mas nobre missão: a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, através da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Na presidência da Comissão, temos lutado para superar os preconceitos contra esta bandeira, com a defesa de que os direitos humanos são “direitos de todos e todos os direitos”. Neste sentido, temos atuado em áreas das mais diversas, como moradia, saúde, educação, meio ambiente, luta pela terra e condições dignas de trabalho, além do combate à tortura, violência, criminalidade e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mas entendemos que ainda podemos fazer muito mais. Nossa compreensão é de que somente superaremos a opressão e a exclusão social, através do “empoderamento popular”. Para tanto, pretendemos desenvolver um projeto específico de fortalecimento da democracia direta, através dos Conselhos de Cidadania. Nosso ponto de partida será o lançamento de uma coleção de 10 cartilhas, com orientações para a criação, participação e fiscalização destes conselhos, sendo que os primeiros números serão lançados já na próxima semana.

É essa a idéia: aliar mística, militância política e ações concretas para somarmos junto aos milhões de pessoas que ainda mantêm acesa a chama da esperança de que “um outro mundo é possível”.

E, no caminho para a realização deste sonho, o Evangelho serve-nos de lição e exemplo, por ser o anúncio da Boa Nova, assim apresentada em Lucas (4, 18-19), em que

Jesus expõe o seu programa de governo: *“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor”*.

A “Boa Nova” é, então, fonte de inspiração para que nos desvencilhemos das armadilhas da ideologia do novo liberalismo. No Brasil, temos em vigor um projeto popular que merece outra chance para a consolidação ainda maior do regime democrático. Acreditamos que o Governo Lula significa o rompimento com várias práticas de governos anteriores nocivas ao povo brasileiro. Prova disso é que não deu continuidade às privatizações, não aceitou a Alca, fortaleceu o Mercosul e fomentou relações com países periféricos. Sua reeleição significa, portanto, a permanência de políticas públicas em prol dos mais pobres.

Todavia, é preciso ressaltar que o Governo Lula é um espaço em disputa com profundas contradições, principalmente em relação à política econômica. Ao nosso ver, diferentemente do que ocorre nos programas sociais a economia tem sido conduzida com muitos limites, conforme demonstra a política de juros altos e os sucessivos superávits primários. E fazemos tal crítica, porque se não superarmos esta dicotomia entre econômico e social, o Governo não provocará mudanças profundas na sociedade brasileira.

O caminho para a concepção de uma nova política e de uma religião que invertam a lógica da valorização do privado e se voltem para o público é o resgate dos verdadeiros valores cristãos; movidos pelo desejo de transformar o mundo e de não-aceitação da atual realidade de tantos abismos sociais. É por meio da busca de opções inovadoras, tanto no âmbito político quanto no religioso, que serão construídas sociedades fraternas, solidárias e igualitárias, com uma dimensão de esperança, como expressa a Segunda Carta de Pedro (3.,13): *“O que nós esperamos conforme a promessa D’Ele, são novos céus e novas terras onde habitará a justiça”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BETTO, Frei. *A Mosca Azul – Reflexão Sobre o Poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia - Uma Defesa das Regras do Jogo*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Política, 1986.

KELSEN, Hans. *A Democracia*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direito Constitucional*. Tomo II. Belo Horizonte: Melhoramentos, 2002.

KOTHE, Flávio R. *Nietzsche: Fragmentos do Espólio*. Brasília: UNB, 2004.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.